

ATA DA 029ª SESSÃO ORDINÁRIA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 7 DE ABRIL DE 2026
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Alex Brasil - Altair Silva - Ana Campagnolo - Antídio Lunelli - Camilo Martins - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Fernando Krelling - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Junior Cardoso - Lucas Neves - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marquito - Matheus Cadorin - Maurício Eskudlark - Mauro De Nadal - Napoleão Bernardes - Neodi Saretta - Oscar Gutz - Pepê Collaço - Sargento Lima - Sérgio Guimarães - Tiago Zilli - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Julio Garcia
Deputado Lucas Neves

DEPUTADO LUCAS NEVES (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Esta Presidência no uso da sua prerrogativa dá a ata da última sessão por lida e aprovada. Informa que o expediente foi disponibilizado eletronicamente aos parlamentares.

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Recordou que Messias ficou conhecido como "Bessias" em uma conversa telefônica de 2016 entre a então presidente Dilma Rousseff e o Lula, que à época era investigado e seria indicado para chefe da Casa Civil, como estratégia para garantir foro privilegiado. Enfatizou que os senadores que representem os anseios brasileiros façam perguntas duras na sabatina de Jorge Messias, indicado pelo presidente Lula a uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF). Criticou a sabatina anterior, feitas ao ex-ministro da Justiça Flávio Dino, que ficou a desejar. Solicitou que os nossos senadores se lembrem que serão avaliados por nós no mês de

outubro, onde eles irão passar pela nossa sabatina. *[Taquígrafa: Rubia]*

DEPUTADO IVAN NAATZ (Orador) - Registrou que recebeu com alegria uma placa da Abratec, empresa catarinense, pela passagem do Dia do Tricologista, citando que foi o autor, também lembrou que o Dia do Jornalista é comemorado neste dia. Alertou para a falta de profissionais capacitados para ministrarem aulas de educação religiosa no estado, citando que está circulando inclusive um abaixo-assinado entre os professores para chamar a atenção das universidades e Secretaria de Educação do Estado (SED), para a urgência da necessidade de programas que incentivem a formação de professores para esta área. Justificou que há falta de profissionais, e os que lecionam não tem formação específica. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) - Cumprimentou os presentes e de forma especial, a Dra. Sílvia, bem como mencionou a enfermeira Maria Cristina, por quem declarou possuir elevado respeito profissional, onde destacou a oportunidade de terem trabalhado juntos.

Registrou a passagem do Dia Mundial da Saúde e mencionou que a data convidou à reflexão sobre o bem mais essencial, que é a vida das pessoas. Ressaltou que falar de saúde envolve dignidade, cuidado, respeito e compromisso com todos os cidadãos catarinenses.

Destacou que a Comissão de Saúde acompanhou avanços e desafios em Santa Catarina e no Brasil e mencionou que o país possui um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, o Sistema Único de Saúde (SUS), responsável por garantir vacinação gratuita, atendimentos, exames, cirurgias, transplantes e ações de vigilância em saúde, acompanhando o cidadão ao longo de toda a vida. Afirmou que defender o SUS é defender a vida, especialmente dos mais necessitados.

Pontuou que ainda persistem desafios, como filas de espera para consultas, exames e cirurgias, bem como a necessidade de

fortalecimento da rede hospitalar e valorização dos profissionais de saúde, considerados a base do sistema.

Abordou o envelhecimento da população e destacou que o aumento da longevidade representou uma conquista, mas advertiu para a necessidade de garantir qualidade de vida, acesso a serviços de saúde e políticas públicas voltadas à autonomia e ao bem-estar. Enfatizou que envelhecer com saúde deveria ser um direito, e não um privilégio.

Alertou para o crescimento dos casos relacionados à saúde mental e mencionou o aumento de adoecimentos decorrentes do estresse, da sobrecarga de trabalho, da pressão por metas e da falta de condições adequadas no ambiente laboral.

Registrou que quadros de ansiedade, depressão e síndrome de esgotamento profissional já eram realidade em diversos lares, defendeu a promoção de ambientes saudáveis, o fortalecimento da rede de atenção psicossocial e o combate ao preconceito relacionado às doenças mentais.

Destacou a importância de investimentos em prevenção, como alimentação saudável, vacinação, prática de atividades físicas e diagnósticos precoces, e afirmou que educação e saúde são ferramentas fundamentais para salvar vidas e reduzir custos ao sistema.

Manifestou que defender a saúde implicou a adoção de políticas públicas eficientes, com financiamento adequado, gestão responsável e centralidade das pessoas nas decisões. Concluiu apelando para que os governantes priorizem efetivamente a saúde. *[Taquiografia: Jênifer]*

DEPUTADO ANTÍDIO LUNELLI (Orador) - Solicitou a apuração de denúncias divulgadas pela imprensa envolvendo ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Explicou que esse cenário evidencia uma séria crise de confiança da população nas instituições, algo prejudicial ao país. Mencionou investigações que não se concluem, ausência de regras claras e decisões com aparência política. Ressaltou ainda que ninguém está acima da lei e que aqueles que ocupam os cargos mais altos devem

ser os primeiros a dar exemplo. Para ele, defender investigações não significa atacar o Supremo, mas sim fortalecê-lo, corrigir falhas e garantir que a confiança no Brasil seja restabelecida. "Sem confiança," afirmou, "não há democracia que se sustente." *[Taquiografia: Meibel]*

DEPUTADO ALEX BRASIL (Orador) - Discorreu sobre a tramitação de ações no Supremo Tribunal Federal (STF) referentes ao Estado de Santa Catarina, especificamente no tocante à aprovação de cotas por este Parlamento. Ressaltou que o Ministro Gilmar Mendes solicitou que esta Casa se pronunciasse oficialmente sobre a matéria.

Frisou que as cotas devem visar ao amparo dos mais necessitados, transcendendo a questão meramente ideológica. Observou que, apesar da manifestação enviada por este Poder Legislativo ao ministro, uma desembargadora catarinense suspendeu a eficácia da lei aprovada em Plenário.

Apontou a existência de manobras articuladas pela oposição para impedir a vigência de leis aprovadas por deputados de direita, recorrendo sistematicamente ao STF sempre que derrotados nesta Casa.

Lamentou a decisão do Ministro Gilmar Mendes de retirar o processo da Segunda Turma e remetê-lo ao Plenário do STF, onde a derrota é considerada provável, sob o argumento de que a maioria dos ministros da Corte foi indicada pelas gestões dos presidentes Lula e Dilma.

Teceu críticas às reitorias das universidades e lembrou que, nos termos da Constituição Federal, nenhum agente do Poder Público Federal possui competência para interferir na autonomia legislativa do Estado.

Apontou, por fim, um desrespeito do Poder Judiciário para com o Poder Legislativo, manifestado por recorrentes interferências que impedem os deputados, eleitos pelo voto popular, de exercerem seu mandato em favor do povo, em detrimento de interesses puramente partidários. *[Taquiografia: Guilherme]*

Partidos Políticos

Partido: PL

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO (Oradora) - Frisou que, há pouco tempo, o Brasil foi mobilizado por debates acerca da lei contra a misoginia. Ressaltou que, concomitantemente, o Estado de Santa Catarina registrou o assassinato de mais duas mulheres, questionando a ausência de manifestações das parlamentares que atuam na defesa dos direitos femininos nesta Casa sobre os referidos casos.

Lembrou que, neste Parlamento, as deputadas de oposição coordenam a Secretaria da Mulher, a Procuradoria da Mulher, o Observatório da Violência contra a Mulher e a Bancada Feminina. Apontou que, embora existam quatro órgãos estruturados para a gestão de apenas duas parlamentares, os índices de violência permanecem inalterados.

Apresentou imagens das duas vítimas que tiveram suas vidas ceifadas, questionando a eficácia das políticas públicas promovidas por tais coordenadorias na proteção dessas mulheres. Afirmou que o sistema falha na segurança efetiva, classificando os discursos atuais como fictícios.

Citou que ambos os crimes foram perpetrados por homens violentos e criminosos que deveriam estar detidos, destacando que um dos agressores já possuía antecedentes criminais e, ainda assim, encontrava-se em liberdade.

Comentou que o sistema é falho no tocante à proteção social ao permitir a impunidade, salientando que ambos os crimes ocorreram durante o benefício da saída temporária de Páscoa. Informou que, no Estado, cerca de dois mil presos foram beneficiados, enquanto em São Paulo esse número pode chegar a 30 mil.

Chamou a atenção para o fato de que, enquanto criminosos forem tratados como vítimas, novas vítimas serão produzidas por políticas públicas defasadas, as quais, segundo a oradora, vêm sendo

promovidas pela esquerda no país. [Taquigrafia: Guilherme]

DEPUTADO LUCAS NEVES (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, suspende a sessão para divulgação da 105ª Kerbfest e 18ª Fecarroz.

Está suspensa a sessão.

(Pausa)

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Reabre a sessão e passa à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0069/2026, de autoria do Deputado Marcos Vieira, que declara de utilidade pública o Instituto Catarinense de Inovação Social - ICIS e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina".

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0110/2026, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que dispõe sobre a cessão de uso de espaços físicos em imóveis de propriedade do Estado de Santa Catarina, sob a administração do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0562/2025, de autoria do Deputado Lunelli, que declara de utilidade pública o Clube Caça e Tiro Frederico Donner, do município de Timbó e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina".

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0767/2025, de autoria do Deputado Sérgio Motta, que declara de utilidade pública a Associação Escola de Vencedores, de Chapecó, e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0057/2026, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, solicitando ao Secretário de Estado da Saúde, informações a acerca das UTIs Neonatais na região da AMVALI.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0101/2026, de autoria do Deputado Marcius Machado, manifestando ao Governador do Estado do Rio Grande do Sul, apelo pelo andamento do Processo Administrativo nº 029150-0435/15-0 junto ao DAER/RS, relacionado a um corredor logístico rodoviário estratégico entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0102/2026, de autoria do Deputado Sargento Lima, manifestando aos Policiais Militares Renato Esquibel De Werk, Rodrigo William Oliveira Silva e Cristiano da Silva Leôncio, aplauso por ato de bravura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0103/2026, de autoria do Deputado Junior Cardoso, manifestando aos Policiais Militares Michael Andrade e Tiago Borges, aplauso por ato de bravura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0104/2026, de autoria do Deputado Sargento Lima, manifestando aos Policiais Tiago Teixeira Ghilardi, Carlos Cesar Dutra, Jean Carlo Becker, Luciano dos Santos e Everton Burg, aplauso por ato de bravura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, às 16h14, dando sequência à pauta da Ordem do Dia.

Está encerrada a sessão. (Ata sem revisão dos oradores)

[Revisão: Taquígrafa Sílvia]